



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**TERMO DE REFERÊNCIA (TR) Nº 8/2023 -  
PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**1.1.** Aquisição de **Material de consumo Hospitalar**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

**1.2.** Do detalhamento dos bens que compõem a solução:

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Preço Unitário Estimado (R\$)	Valor Total por Item (R\$)
1	Soro fisiológico: solução de cloreto de sódio 0,9% , estéril, frasco com 1.000 ml. Validade mínima de 1 ano. <i>AFE: Autorização de Funcionamento de Empresas: Exigência da RDC ANVISA n. 16/2014.</i>	Frasco	12	16,81	201,74
2	Soro fisiológico: solução de cloreto de sódio 0,9%, estéril, frasco com 250 ml. Validade mínima de 1 ano. <i>AFE: Autorização de Funcionamento de Empresas: Exigência da RDC ANVISA n. 16/2014.</i>	Frasco	30	7,54	226,33



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Preço Unitário Estimado (R\$)	Valor Total por Item (R\$)
3	Clorexidina Digluconato 0,5%: solução alcoólica, frasco 100 ml. Validade mínima de 1 ano.	Frasco	30	5,27	158,21
	<i>AFE: Autorização de Funcionamento de Empresas: Exigência da RDC ANVISA n. 16/2014.</i>				

**Nota explicativa:** Valor total da Contratação obtido por meio da multiplicação da quantidade a ser contratada vezes a média obtida na pesquisa de preços.

## **2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

**2.1.** A demanda está prevista no Plano Anual de Contratações de 2023 do TRE-RO, conforme evento [0936244](#).

## **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**3.1** A aquisição de materiais de consumo hospitalares é essencial à continuidade da prestação de assistência aos servidores em serviço, sempre que se fizer necessário, conforme determina a Resolução nº 03 de 31 de março de 2015, art. 3º, in verbis:

I – assistência médica voltada ao atendimento ambulatorial, pronto-atendimento, pequenas urgências, perícias, licenças médicas e exames periódicos;

III – fornecimento de medicação básica relativa ao pronto atendimento.

**3.1.2** Nessa esteira, a Seção de Assistência Médica e Social tem por função exercer todas as atividades relacionadas ao atendimento médico, odontológico e social dos servidores e seus dependentes, membros do Tribunal e servidores à disposição da Justiça Eleitoral. Tal fato constitui-se em demonstração inequívoca da importância concedida pelo Tribunal ao



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cuidado e a valorização de todos que aqui laboram. Inclusive, tal preocupação foi ratificada no Planejamento Estratégico 2021-2026 da corte quando definiu que dentre os seus objetivos estratégicos está o "**aperfeiçoamento da gestão de pessoas**". A aquisição ora pretendida vai justamente ao encontro do referido objetivo, uma vez que o aperfeiçoamento se materializará na ampliação e na qualidade do atendimento que é hoje prestado por esta Seção.

**3.1.3** Os itens constantes da tabela do item 1.2, objeto dessa contratação, restaram fracassados na Dispensa Eletrônica n. 27/2023 ([1024675](#)) e com fulcro no § 3, Art. 31, da Instrução Normativa nº 09/2022 ([0917187](#)), foi autorizada a repetição do certame para aquisição dos referidos itens ([1056961](#)).

**3.2** Os demais elementos que fundamentam a presente contratação fazem parte dos estudos da fase de planejamento da contratação constantes nos seguintes documentos:

**3.2.1** Documento de Formalização da Demanda; ([0990776](#))

**3.2.2** Estudos Técnicos Preliminares, se houver; (Não se aplica)

**3.2.3** Mapa de Riscos, se houver: (Não se aplica)

### **Justificativa para não aplicação:**

Nos termos do §3º ao art. 3º a Instrução Normativa 09/2022 deste Tribunal ([0917187](#)), a elaboração de "Formulário de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação", "Estudo Técnico Preliminar" e "Mapa da Riscos" é facultativa, a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, VI, da Resolução TSE n. 23.702/2022).

Desta feita, não vislumbrou-se a necessidade de formação de equipe de planejamento ou elaboração de estudos técnicos e mapas de risco para o referido objeto, visto que tais providências demandariam um custo processual elevado para uma contratação eivada de reduzida complexidade. Sendo assim, forçoso concluir que o esforço conjunto empreendido para a execução das tarefas supracitadas seria mais oneroso que a própria aquisição do objeto em epígrafe, caminhando ao desencontro dos Princípios da razoabilidade, proporcionalidade e formalismo moderado.

## **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**4.1** As especificações técnicas, quantitativos e prazos de validade dos itens que assim necessitam, já foram pormenorizadamente definidas no **item 1.2.**

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**5.1** Conforme já justificado nos autos do presente processo, a presente aquisição não possui ETP em razão da baixa complexidade da aquisição. No entanto, os critérios de seleção do fornecedor e os referidos requisitos estão previstos no item 14 do presente termo.

## **6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**6.1** A contratação possui critérios de sustentabilidade e/ou observou as práticas sustentáveis indicadas no item 16 do ETP da contratação?

( X ) Não.

### **Justificativa:**

**6.1** Conforme já justificado nos autos do presente processo, a presente aquisição não possui ETP. Contudo, considerando que a promoção da sustentabilidade ambiental é dever todos e diretriz no âmbito do poder judiciário a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2023 - PRES/GABPRES 0981675 instituiu a aplicação do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU/CGU neste TRE.

**6.2** A publicação conjunta da Advocacia Geral da União e Controladoria-Geral da União, 5ª edição de 2022, e suas atualizações posteriores, cartilha orientativa vastamente adotada pela Administração Pública brasileira como referência para as exigências de sustentabilidade nas contratações públicas, inclusive por recomendação do Tribunal de Contas da União.

**6.3** Conforme a RDC ANVISA n. 16, de 1º de abril de 2014, que dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE), desta forma, os licitantes que ofertarem propostas para os produtos listados acima deverão possuir a autorização junto a Agência de Vigilância Sanitária.

**6.3.1.** Em seu Art. 3º a AFE é exigida de cada empresa que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais.

Parágrafo único. A AFE é exigida de cada estabelecimento que realiza as atividades descritas no caput com produtos para saúde.

**6.3.2** Para todos os itens da tabela de definição do objeto, considerando enquadrar-se no RDC ANVISA n. 16, de 1º de abril de 2014, será exigido a Autorização de Funcionamento (AFE) da empresa contratada.

**6.4** Para todos os itens, de acordo com o Guia de Sustentabilidade da AGU e da IN SLTI/MPOG nº 001/2010, deverá a contratada observar ainda as seguintes regras:

**6.4.1** que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

**6.4.2** que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **7.1. Prazos e Condições:**

**7.1.1** Os produtos fornecidos deverão ser entregues no prazo máximo de no prazo máximo de **30 (trinta) dias** consecutivos, contados a partir da entrega da Nota de Empenho.

**7.1.2** A entrega dos materiais deverá ser realizada na Seção de Assistência Médica e Social do Tribunal Eleitoral Regional de Porto velho –RO situado na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP: 76805-901, mediante prévio agendamento, observando ainda o previsto no item 9.3 a 9.13 do presente termo.

### **7.2. Deveres e Responsabilidades do contratante:**

**7.2.1** Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na entrega dos materiais ou na prestação de serviços;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**7.2.2** Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento de contrato;

**7.2.3** Reunir-se com a contratada, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à entrega de bens ou execução de serviços;

**7.2.4** Notificar a contratada para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos aspectos em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

**7.2.5** Receber os bens ou os serviços, por meio do fiscal contrato, em caráter provisório e definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido neste termo de referência e no contrato, certificando as notas fiscais da entrega;

**7.2.6** Realizar o pagamento dos bens entregues ou dos serviços prestados na forma estabelecida neste termo de referência e no contrato:

**7.2.6.1** O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, após o recebimento definitivo dos bens ou dos serviços atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços.

**7.2.6.2** Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória.

**7.2.6.3** Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.

**7.2.6.4** O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

**7.2.6.5** Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, na época do pagamento a contratada deverá demonstrar regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a contratada deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado.

b) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a nota fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

**7.2.6.6** Nenhum pagamento será realizado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à contratada em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

**7.2.6.7** Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**7.2.6.8** a compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

**7.2.7** Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

### **7.3. Deveres e Responsabilidades da Contratada:**

**7.3.1** Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25 % (vinte e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cinco por cento) do valor total ou estimado do contrato, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021;

**7.3.2** Responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução do contrato;

**7.3.3** Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

**7.3.4** Apenas subcontratar parcialmente a execução do objeto do contrato com prévia anuência do contratante e com observância estrita das regras definidas no contrato;

**7.3.5** Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

**7.3.6** Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los;

**7.3.7** Substituir o material recusado, mediante agendamento, às suas expensas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do recebimento do Termo de Recusa de Material;

**7.3.8** Recolher, mediante agendamento, a suas expensas, depois de efetuada a regular substituição, o material recusado, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para substituição.

**7.3.9** Expirado o prazo previsto para recolhimento do material recusado, este Tribunal se reservará o direito de proceder à devolução dos itens recusados, preferencialmente através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos itens que lhe foram empenhados;

**7.3.10** Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação.

**7.3.11** Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável à execução do objeto do contrato.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**7.3.12** A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021”

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **8.1. Não será exigida indicação da Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato:**

#### **Justificativa para não aplicação:**

Nos termos do §3º ao art. 3º a Instrução Normativa 09/2022 deste Tribunal ([0917187](#)), a elaboração de "Formulário de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação", "Estudo Técnico Preliminar" e "Mapa da Riscos" é facultativa, a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, VI, da Resolução TSE n. 23.702/2022).

Desta feita, no que concerne à equipe de gestão e fiscalização, opinamos pela não necessidade, visto que com o recebimento do definitivo do objeto já será possível a verificação da compatibilidade entre o fornecido pela empresa a ser contratada e o solicitado por esta seção.

## **9 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**9.1** O Contrato de fornecimento, no caso do presente instrumento, será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 95, inciso I e II, da Lei 14.133 de primeiro de abril de 2021, considerando ainda o previsto no item **7.1.1**.

**9.2** Como condição para emissão da Nota de Empenho, a adjudicatária deverá atender a todos os critérios de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais, além das declarações previstas em lei.

**9.3** Incumbirá à administração:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**9.4** efetuar o recebimento provisório dos produtos entregues, no ato da entrega dos mesmos, acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório emitido pela Seção de Assistência Médica do TRE-RO,

**9.5** O recebimento provisório do produto entregue não implica sua aceitação.

**9.6** Efetuar o recebimento definitivo dos produtos entregues, após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, nos termos deste Termo de Referência e da proposta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo emitido pela Seção de Assistência Médica do TRE-RO.

**9.7** Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pela Seção de Assistência Médica do TRE-RO, do qual deverá explicitar a razão da recusa do produto, os itens entregues em que se tenha constatado:

**9.7.1** produtos em desacordo com especificações estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta da contratada;

**9.7.2** produtos em embalagem não original do fabricante;

**9.7.3** produtos em embalagem sem as respectivas especificações técnicas do produto e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores;

**9.7.4** produtos que tenham sido objeto de quaisquer processos de condicionamento;

**9.7.5** produtos com período de garantia e o prazo de validade remanescentes inferiores a 12 (doze) meses, ou conforme especificado no objeto, contados da entrega do produto;

**9.7.6** produtos apresentarem com quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.

## **10. REAJUSTE CONTRATUAL**

**10.1** Nos termos do artigo 95 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, não haverá instrumento contratual, in verbis:

**Art. 95.** O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**I** - dispensa de licitação em razão de valor;

**II** - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

**10.2** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da apresentação da proposta comercial.

**10.2.1** Na ocorrência excepcional de prorrogação contratual, independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, da

( x ) variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA;

( ) outro índice (**indicado pela unidade demandante**):

exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade originária, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**10.2.2** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, em casos de outras excepcionais prorrogações contratuais, o interregno mínimo de um ano será contado da data de início dos efeitos financeiros do início último reajuste ocorrido.

**10.2.3** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s). Na ocorrência dessa hipótese, fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente.

**10.2.4** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**10.2.5** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**10.2.6** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## **11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**11.1.** O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 586,28 (quinhentos e oitenta e seis reais e vinte e oito centavos).**

**11.2.** O detalhamento da pesquisa de preços realizada para a estimativa do preço integra a **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**, evento [1057861](#).

**11.2** A contratação será processada por dispensa eletrônica, entretanto **em que pese a presente** contratação possuir como fundamento o inciso II do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, a estimativa de preços não será realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

## **12. ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA**

**12.1.** A fonte orçamentária para o custeio da despesa está indicada no quadro adiante:

<b>FONTE ORÇAMENTÁRIA</b>				
<b>Tipo de Orçamento</b>	<b>Item de despesa do planejamento orçamentário</b>	<b>Plano Interno</b>	<b>Previsão de execução orçamentária por ano</b>	
			<b>exercício corrente (R\$)</b>	<b>próximo(s) exercício(s)<sup>1</sup> (R\$)</b>
Ordinário	Material de Consumo Hospitalar	ADM MATMOD	<b>R\$ R\$ 586,28</b>	R\$ 0,0
<b>Total por exercício financeiro R\$ 586,28</b>				

## **13. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

<b>FORMA DE SELEÇÃO</b>
Dispensa de Licitação: (x) por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica; ( ) Não utilizado o Sistema de Dispensa Eletrônica. JUSTIFICAR:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CRITÉRIO DE JULGAMENTO
( ) Menor preço global
( x ) Menor preço por item
( ) Maior desconto
( ) Outro:

### **14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**14.1** A presente contratação amolda-se à regra do art. 70, III, da Lei n. 14.133/2021, pois trata-se de contratação para entrega imediata.

**14.2.** Com fulcro também no art. 70, III, da Lei n. 14.133/2021, serão exigidos dos licitantes os documentos relacionados à **habilitação jurídica, de regularidade fiscal, social e trabalhista** previstos no Art.66 e Art. 68 da Lei n. 14.133/2021, in verbis:

Art. 66. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

Art. 68. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal.

§ 1º Os documentos referidos nos incisos do **caput** deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

§ 2º A comprovação de atendimento do disposto nos incisos III, IV e V do **caput** deste artigo deverá ser feita na forma da legislação específica.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**14.3** Os critérios de qualificação econômico-financeira não serão exigidos.

### **Justificativa:**

**Com fulcro na permissividade legal constante do art. 70, III, da Lei n. 14.133/2021**, e, considerando ainda a baixa complexidade da presente aquisição, na esteira das justificativas anteriores, opta-se pela não exigência.

**14.3.1** Considerando que o valor estimado dos itens para a contratação pretendida, individualmente, **não excede R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais), **será aplicada a exclusividade** de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 6º, do Decreto Federal nº 8.538/2015.".

**14.4** Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

**14.4.1** As empresas deverão ainda apresentar, nos termos da Resolução Anvisa n. 16, de 1º de abril de 2014 e alterações posteriores, sob pena de inabilitação, a comprovação de Autorização de Funcionamento (AFE) expedida pelo referido órgão regulador para os itens 1, 2 e 3 da tabela do item 1.2.

## **15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS**

**15.1. SANÇÕES:** Na ocorrência das infrações administrativas descritas adiante, poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021, na forma seguinte:

**15.1.1 Advertência:** pela cometimento da infração administrativa de **dar causa à inexecução parcial do contrato**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**15.1.2 Multa:** de 5,0% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), de acordo com a gravidade da conduta, do valor do contrato celebrado ou da obrigação inadimplida, aplicada ao responsável por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**15.1.3 Impedimento de licitar e contratar:** quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

**15.1.4 Declaração de inidoneidade:** será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.1.3 desta seção e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**15.2.** O procedimento e demais critérios para aplicação das sanções estabelecidas no item 15.1 desta seção observarão as normas gerais da Lei



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

n. 14.133/2021 e, ainda, aquelas estabelecidas em regulamento por este Tribunal.



Documento assinado eletronicamente por **ELISÂNGELA ALVES SILVA TIVANELLO, Chefe de Seção**, em 11/09/2023, às 11:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELA PINHEIRO STUDART GONÇALVES, Analista Judiciário**, em 11/09/2023, às 11:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1058132** e o código CRC **1F94996F**.

0000567-66.2023.6.22.8000

PROCESSO:0000567-66.2023.6.22.8000

INTERESSADO: SAMES

ASSUNTO: Final - Dispensa Eletrônica – Aquisição de Bens Consumos - Materiais Hospitalares - **Análise**.

**PARECER JURÍDICO Nº 146 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

**I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Assistência Médica e Social - SAMES da SGP, que tem como objeto a contratação direta, para o exercício de 2023 de pessoa jurídica especializada no fornecimento de **Bens de Consumo - Materiais Hospitalares** ([0990663](#)), com contornos iniciais delineados no



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Documento de Formalização de Demanda - DFD juntado no evento ([0990776](#)).

**02.** Após instrução inicial, o processo foi objeto de análise desta unidade que, por meio do Parecer Jurídico n. 122/2023 ([1019027](#)), concluiu:

a) pela possibilidade de aprovação do Termo de Referência n. 4/2023-SAMES ([1017437](#)) - também analisado e tido como regular pela SAC ([1018120](#)) - caso assim entenda a autoridade competente para aprovação, na forma do art. 72, VIII da Lei n. 14.133/2021 e item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022;

b) dada a notícia de pluralidade de fornecedores para comercializar os materiais demandados, cuja seleção se dará apenas pela disputa de preços entre os classificados e habilitados à prestação dos serviços, nos limites dos valores de dispensa de licitação estabelecidos pelo **art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021** (atualmente fixado em **R\$ 57.208,33** (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), de acordo com a atualização de valores estabelecida pelo Decreto Federal n. 11.317, de 29 de dezembro de 2022) **pela possibilidade de a contratação pretendida ser processada por meio da DISPENSA ELETRÔNICA** disciplinado pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021, na forma sugerida pela SAC e, ainda, com fundamento no art. 28, § 1º da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022;

Conforme já apontado no item 7 deste parecer, a programação orçamentária da despesa no exercício de 2023 foi juntada ao processo no evento ([1018471](#)), oportunidade em que a SPOF registrou que: "Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro."

Considerando que o valor da contratação pretendida está situado no limite da dispensa legal, atualmente fixado em **R\$ 57.208,33** (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), de acordo com a atualização de valores estabelecida pelo **Decreto Federal n. 11.317, de 29 de dezembro de 2022**, e que da relação contratual não resultará obrigações futuras para a contratada, entende-se perfeitamente possível substituir o instrumento de contrato pela nota de empenho, na forma prevista no caput do **art. 95 da Lei n. 14.133/2021** e com supedâneo na jurisprudência do TCU, como nos **Acórdãos 1.234/2018 e 363/2003 - ambos do Plenário e 7.125/2010 - 1ª Câmara**, que consolidou o entendimento de dispensa de instrumento para todas as contratações que não resultem obrigações futuras, principalmente dentro do limite de dispensa em razão do valor, aí incluídas as inexigibilidades de licitação. **Precedente: Decisão desta administração, evento ([0981838](#)).**

c) Caso autorizada a DISPENSA ELETRÔNICA pelo titular da SOFC, remessa à ASLIC, na forma do item 15, "b", do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022 para o processamento, com o registro, divulgação, operacionalização, julgamento da proposta, habilitação e elaboração de relatório e continuidade da tramitação conforme itens 18 e seguintes.

Registra-se que há modelo padronizado de aviso de dispensa eletrônica (evento [0925036](#)) aprovado no âmbito deste Tribunal pela **PORTARIA 435/2022-DG ([0926736](#))**, situação que dispensa a análise desse documento por esta unidade jurídica (§ 5º, art. 53, Lei n. 14.133/21).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**38.** Na forma do art. 4º da Lei n. 14.133/2021 c/c a parte final do art. 49, IV, da LC n. 123/2006, **a unidade demandante - SAMES informou que a dispensa será destinada exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte** (art. 6º, I, da IN SEGES/ME n. 67/2021).

**39.** Ao final do procedimento, em cumprimento ao item 18, "a", do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, o processo deverá retornar à AJSAOFC para emissão de parecer e submissão à autoridade administrativa.

**03.** Por meio do Despacho n.1267/2023 ([1022966](#)), o Secretário da SAOFC acolheu as conclusões do referido parecer jurídico, manifestou-se favorável à contratação por meio de Dispensa Eletrônica e remeteu o feito à ASLIC para o processamento, com o registro, divulgação, operacionalização, julgamento da proposta, habilitação e elaboração de relatório e continuidade da tramitação, de acordo com [item 15, "b", do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022](#).

**04.** A ASLIC trouxe ao processo o Aviso de Dispensa Eletrônica n. 27/2023 ([1024675](#)), com as regras da contratação, devidamente divulgado e publicado, conforme documentos comprobatórios juntados no evento ([1024715](#)).

**05.** Vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

**a)** extrato do cadastramento da Dispensa Eletrônica no sistema Comprasnet ([1024713](#));

**b)** relatório de propostas extraído do Portal Compras.gov.br ([1027031](#) [1027038](#) [1027040](#) [1027042](#) [1027043](#) [1027044](#) [1027047](#) [1027050](#) [1027051](#) [1027052](#) [1027053](#) [1027055](#) [1027057](#) [1027060](#));

**c)** documentos de habilitação das empresas participantes ([1032278](#) [1032279](#) [1032281](#) [1032282](#) [1032283](#) [1032284](#) [1032284](#) [1032285](#) [1032287](#));

**d)** relatório de Julgamento e Habilitação extraído do sistema Comprasnet ([1032291](#));

**06.** Por fim, o Agente de Contratação registrou as principais ocorrências do certame em seu Relatório 43/2023 ([1032324](#)), com vistas à apreciação superior, decisão e deliberação quanto à adjudicação e homologação do certame pela autoridade administrativa. Assim instruídos, os autos foram remetidos pelo Agente de Contratação a esta Assessoria Jurídica para análise dos atos praticados na licitação ([1032349](#)).

**É o necessário relatório.**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **II – DA ANÁLISE JURÍDICA**

**07.** Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do § 3º do art. 75 c/c art. 174, I, da Lei n. 14.133/2021 e, ainda, do Parágrafo único do art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021, dando-se a devida divulgação do aviso da dispensa eletrônica no Portal Nacional de Contratações Públicas, com observância do prazo mínimo de 03 (três) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, no qual também a constou a definição do objeto, o valor estimado e a indicação do período no qual seriam recebidas as propostas ([1024675](#)).

**08.** Passa-se à análise dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

**a) propostas comerciais:**

Estão registradas no relatório de propostas extraído do sistema ([1032291](#)).

**b) Item deserto:** Não houve;

**c) Item Fracassado: Itens 5, 9 e 11 do edital** com as ocorrências delineadas no relatório ([1032324](#))

**d) Aceitação/negociação:**

Considerando o relatório de propostas extraído do sistema ([1032291](#)), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação ([1032324](#)), definiu-se o ofertante dos menores preços.

Desse conjunto, verifica-se a recusa das propostas das seguintes participantes do certame:

**I - Vec Comércio de Instrumentos e Materiais:** Proposta recusada em virtude de manifestação da unidade técnica-demandante pelo não atendimento - **item 1** ([1027691](#));

**II - FV Naylor's Cursos e Comércio de Instrumentos:** Proposta recusada, considerando que proponente informou que o produto ofertado não atenderia às especificações e exigências do aviso (não possui registro/notificação perante a ANVISA nem selo INMETRO) solicitando assim a desclassificação da proposta - **item 2**;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**III - New Power Comércio e Importação:** Proposta foi recusada com fundamento no item 6.5.2 e 6.5.3 do Aviso n. 27/2023 - **item 2;**

**IV - Comercial Target de EPI e EPC LTDA:** Proposta foi recusada com fundamento no item 6.5.2 e 6.5.3 do Aviso n. 27/2023 - **itens 2 e 4;**

**V - Sophia Gonçalves Seffair:** Proposta recusada com fundamento no item 6.5.4 do aviso n. 25/2023 - **item 5;**

**VI - A3LS2 Terceirização Importação e Comercialização LTDA:** Proposta recusada com fundamento no item 6.5.4 do Aviso n. 25/2023 - **itens 5, 9 e 11;**

**VII - Cimina Comércio e Serviços LTDA:** Proposta foi recusada em virtude de manifestação da unidade técnica-demandante pelo não atendimento ([1027691](#)) **item 13;**

**ANÁLISE:** As ocorrências registradas no sistema e reproduzidas no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação, além das manifestações técnicas da unidade demandante - **item 1** ([1030894](#)) - **item 2** - ([1032137](#)) - **itens 3 e 6** ([1027490](#)) - **item 4** ([1032156](#)) - **item 7** ([1027302](#)) - **item 8** ([1027302](#)) - **item 10** ([1027302](#)) - **item 12** ([1027302](#)) - **item 13** ([1030764](#)) - **item 14** ([1027302](#)), demonstram a aplicação objetiva do critério para aceitação das proposta pelo menor preço ofertado e dos critérios de habilitação das participantes, ambos definidos no Aviso de Dispensa Eletrônica ([1024675](#)).

Assim, esta Assessoria Jurídica não vê reparos nos atos e decisões do Agente de Contratação, visto que foram amplamente motivados e acompanhados pela unidade demandante.

Cabe registrar, assim, que o procedimento da Dispensa Eletrônica n. 27/2023 ([1024675](#)) foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no relatório do agente de contratação ([1032324](#)), sendo que, conforme informado no item VII do relatório, o sistema somente disponibilizará o relatório analítico da operação do certame após a homologação.

## **III – CONCLUSÃO**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**09. Por todo o exposto**, trazendo ainda a esta as conclusões do Parecer Jurídico n. 122/2023 ([1019027](#)), esta Assessoria Jurídica opina:

**I** - pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, na forma prevista pelo art. 72 da Lei n. 14.133/2021, nas regras e diretrizes da Resolução CNJ n. 468/2022 e, ainda, nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022;

**II** - pela **adjudicação** do resultado da Dispensa Eletrônica n. 27/2023 ([1024675](#)), nos exatos contornos registrados no relatório de propostas extraído do sistema ([1032291](#)), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação ([1030764](#)), **para adjudicação do seu objeto às seguintes cotantes:**

**a) Vania Cristina Da Silva Caetano - CNPJ** n. 46.599.200/0001-03, cotante do menor preço para o **Item 01**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032278](#));

**b) Cleia Martins Da Silva - CNPJ** n. 50.664.843/0001-60, cotante do menor preço para o **Item 02**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032282](#));

**c) Tomina Comércio e Serviços Hospitalares LTDA - CNPJ** n. 38.218.493/0001-03, cotante do menor preço para o **Itens 03, 06 e 10**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032282](#));

**d) The Best Pharma LTDA Comércio e Serviços Hospitalares LTDA - CNPJ** n. 03.339.270/0001-10, cotante do menor preço para o **Item 07**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032287](#));

**e) Super Licite Licitações LTDA - CNPJ** n. 33.275.120/0001-50 cotante do menor preço para o **Item 04**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032285](#));

**f) Cimina Comércio e Serviços LTDA - CNPJ** n. 09.528.371/0001-15 cotante do menor preço para o **Item 08**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032281](#));

**g) AT Construções - CNPJ** n. 18.365.821/0001-97 cotante do menor preço para o **Item 12**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032280](#));



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**h) Gracifarma Farmácia LTDA - CNPJ n. 07.809.370/0001-13** cotante do menor preço para o **Item 13**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032283](#));

**i ) Marcelo Souza Da Silva CNPJ n. 46.974.377/0001-42** cotante do menor preço para o **Item 14**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032284](#));

**III - pela homologação do certame pela autoridade competente**, caso adjudicado, pela própria autoridade administrativa, com fundamento no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021

**10. Considerando que os itens 5, 9 e 11 do presente certame restaram fracassados**, deverá a unidade demandante, com fulcro no § 3, Art. 31, da Instrução Normativa nº 09/2022 ([0917187](#)) e, ainda, no item 24 do Anexo VIII dessa norma - RITO DA TRAMITAÇÃO CONTRATAÇÕES DIRETAS - avaliar as seguintes medidas e submetê-las à deliberação do titular da SAOFC, nos termos dos seguintes incisos:

**Art. 31. (...)**

§ 3º Frustrada a contratação pelas vias estabelecidas nesta instrução normativa, a unidade demandante deverá avaliar as seguintes medidas para deliberação pelo titular da SAOFC:

- I - analisar a possível repetição do procedimento dos itens fracassados;
- II - alterar as especificações do objeto ou das condições da contratação;
- III - incluir o objeto em contratações por registro de preços;
- IV - cadastramento dos itens fracassados no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos;
- V - outras medidas possíveis para o atendimento da demanda.

**Item 24 do Anexo VIII:**

(...)

a) caso as propostas recebidas na fase de disputa da dispensa eletrônica não atendam aos requisitos da contratação ou possuam valor superior ao estimado na fase de planejamento, sendo inexitosa a negociação, enviará o processo à unidade demandante/EPC para adoção de uma das alternativas adiante:

**a) realizar a contratação diretamente com o fornecedor que encaminhou a menor proposta na fase de planejamento, se houve pesquisa de preços nessa fase, com adoção das seguintes providências: (art. 22, III, IN SEGES 67/2021)**

- a1) realizar contato com o ofertante do menor preço e colher manifestação expressa - que poderá ser por e-mail - de confirmação da proposta e interesse na contratação;
- a2) juntar comprovação da regularidade mínima do cotante para contratar com a Administração Pública;
- a3) devolver o processo ao Gabinete da SAOFC - sendo desnecessárias alterações no TR/PB em razão da manutenção das condições da contratação - para manifestação sobre a autorização da despesa.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Conforme já apontado no **item 7** do Parecer Jurídico n. 122/2023, a programação orçamentária da despesa foi juntada ao processo no evento ([1018471](#));

**11.** Após a decisão da autoridade superior e demais providências para a contratação, deverá ocorrer a divulgação e disposição do público em sítio eletrônico oficial do TRE-RO do ato que autorizou a contratação direta, na forma do Parágrafo único do art. 72 da Lei n. 14.133/2021, além da regular publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

**12.** Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à habilitação ou aceitação do objeto.

Ao **senhor Secretário da SAOFC** para fins da manifestação prevista no **item 24 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022** e continuidade da tramitação.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone**

**Holanda, Assistente Jurídico**, em 14/07/2023, às 14:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a)**

**Chefe**, em 14/07/2023, às 14:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1033345** e o código CRC **181BC4B8**.

0000567-66.2023.6.22.8000

PROCESSO: 0000567-66.2023.6.22.8000



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: Seção de Assistência Médica e Social - SAMES

ASSUNTO: Dispensa Eletrônica – Aquisição de Bens Consumos -  
Materiais Hospitalares.

**DESPACHO Nº 890 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Assistência Médica e Social - SAMES, que tem como objeto a contratação direta, para o exercício de 2023, de pessoa jurídica especializada no fornecimento **de Bens de Consumo - Materiais Hospitalares** ([0990663](#)), com contornos iniciais delineados no Documento de Formalização de Demanda - DFD (evento [0990776](#)).

Por meio da Solicitação de Contratação 15 ([0990777](#)) a Unidade solicitante requereu autorização para continuidade do feito com a adoção da modalidade "Dispensa Eletrônica" e a consequente elaboração de Termo de Referência.

O Secretário da SAOFC, mediante Despacho n. 785/2023 ([0998518](#)), concluiu que, de acordo com as justificativas apontadas no DFD ([0990776](#)), a contratação **não** exigiria a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos. Assim, com fundamento no § 3º do art. 3º da IN TRE-RO n. 9/2022, encaminhou o processo a unidade demandante, para elaboração do Termo de Referência, realização de pesquisa de preços e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

Carreou-se a informação conclusiva sobre o valor estimado ([1012064](#)) e versão final do Termo de Referência ([1017437](#)), com a especificação do objeto, a justificativa, os critérios de sustentabilidade ambiental, critérios de aceitação do objeto, valor e prazo, contrato, pagamento, gestão e fiscalização.

O valor total da contratação foi estimado em R\$ 24.083,43 (vinte e quatro mil oitenta e três reais e quarenta e três centavos), valor obtido a partir de Cotação de Preços, Pesquisa de Mercado e demais fontes de consultas de composição do valor estimado, nos termos registrados no formulário de evento [1012064](#).

Os autos foram remetidos à Seção de Apoio às Contratações - SAC, para análise dos documentos da etapa de planejamento da



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação; à COFC, para programação orçamentária; e à AJSAOFC, para emissão de parecer jurídico ([1015086](#)).

A SPOF juntou Programação Orçamentária ([1018471](#)) no valor de R\$ 24.083,43 (vinte e quatro mil oitenta e três reais e quarenta e três centavos) para custear a despesa, contendo ainda a informação de que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA).

A SAC, após análise formal, atestou que o **TERMO DE REFERÊNCIA – CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 4/2023 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES** ([1017437](#)) - complementado pela Informação Conclusiva ([1012064](#)) e demais elementos contidos no processo - encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas, entre outros, pelos arts. 72 e 75, inciso II, da Lei n. 14.133/21 e no art. 2º c/c art. 26, inciso IV, ambos da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, podendo a contratação de seu objeto ser processada por dispensa de licitação, por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, no tipo menor preço ([1018120](#)).

A Assessoria Jurídica da SAOFC, por meio do Parecer Jurídico nº 122/2023 ([1019027](#)), opinou: a) pela possibilidade de aprovação do Termo de Referência n. 4/2023-SAMES ([1017437](#)) - também analisado e tido como regular pela SAC ([1018120](#)) - caso assim entenda a autoridade competente para aprovação, na forma do art. 72, VIII da Lei n. 14.133/2021 e item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022; **b) dada a notícia de pluralidade de fornecedores para comercializar os materiais demandados, cuja seleção se dará apenas pela disputa de preços entre os classificados e habilitados à prestação dos serviços, nos limites dos valores de dispensa de licitação estabelecidos pelo art. 75, II, da Lei n. 14.133/202** (atualmente fixado em **R\$ 57.208,33** (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), de acordo com a atualização de valores estabelecida pelo Decreto Federal n. 11.317, de 29 de dezembro de 2022) **pela possibilidade de a contratação pretendida ser processada por meio da DISPENSA ELETRÔNICA** disciplinado pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021, na forma sugerida pela SAC e, ainda, com fundamento no art. 28, § 1º da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022; e **c) caso autorizada a DISPENSA ELETRÔNICA pelo titular da SAOFC**, remessa à ASLIC, na forma do item 15, "b", do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022 para o processamento, com o registro, divulgação, operacionalização, julgamento da proposta, habilitação e elaboração de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

relatório e continuidade da tramitação conforme itens 18 e seguintes do parecer.

Autorizada a Dispensa Eletrônica pelo titular da SAOFC ([1022966](#)), a ASLIC deu continuidade da tramitação do feito, com a operacionalização da divulgação do Aviso de Dispensa Eletrônica no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no sistema comprasnet e no Portal de Transparência deste Tribunal ([1024715](#)), julgamento e das propostas ([1032291](#)) e juntada dos documentos relativos à habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista das melhores proponentes ([1032278](#), [1032279](#), [1032280](#), [1032281](#), [1032282](#), [1032283](#), [1032284](#), [1032285](#) e [1032287](#)). **Os itens 5, 9 e 11 do presente certame restaram fracassados.**

Juntou-se aos autos Relatório de propostas ([1032291](#)) e Relatório n. 43/2023-ASLIC ([1032324](#)) certificando as principais ocorrências do certame.

Instada a se manifestar acerca do procedimento da dispensa eletrônica, a Assessoria Jurídica da SAOFC, pelo Parecer Jurídico n. 146/2023 ([1033345](#)), atestou a regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, opinando pela possibilidade da adjudicação do resultado da Dispensa Eletrônica n. 27/2023 ([1024675](#)), nos exatos contornos registrados no relatório de propostas extraído do sistema ([1032291](#)), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação ([1030764](#)). Opinou, também, pela **homologação do certame pela autoridade competente**, caso adjudicado, pela própria autoridade administrativa, com fundamento no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021. Ao final, ressalta que, considerando **que os itens 5, 9 e 11 do presente certame restaram fracassados**, deverá a unidade demandante adotar providências diante das possíveis formas de aquisição dos itens, com base no que dispõe o § 3º, art. 31, da Instrução Normativa nº 09/2022 ([0917187](#)) c/c ao item 24 do Anexo VIII, submetendo para a apreciação e deliberação da autoridade competente.

De posse dos autos, o Secretário da SAOFC manifestou-se pela aprovação dos elementos constitutivos da etapa de planejamento (TR - [1017437](#) e Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação, evento [1012064](#)); pela **adjudicação** do resultado da Dispensa Eletrônica n. 27/2023, nos exatos contornos registrados no relatório de propostas extraído do sistema ([1032291](#)), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação ([1032324](#)); pela **homologação do certame pela autoridade competente**,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

com fundamento no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021; pela **regularidade da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação** ([1012064](#)) e, em cumprimento ao item 21.3 do Anexo II da Resolução CNJ nº. 215/2015 e ao Acórdão TCU nº. 2622/2015 – Plenário, a qual submeto para decisão superior; pela **autorização da despesa** de forma direta por dispensa de licitação, em formato eletrônico, com fulcro no inciso **VIII do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021** ([Nova Lei de Licitações e Contratos](#)); e pela **publicação do ato autorizativo da contratação direta** em sítio eletrônico oficial do TRE-RO a fim de propiciar a divulgação e disposição ao público em geral, na forma do [parágrafo único do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021](#), além da regular publicação/replicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (Manifestação n. 273/2023-GABSAOFC - evento [1035269](#)).

Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral para apreciação e deliberação.

Conforme consta do Termo de Referência, há necessidade da aquisição pretendida, tendo em vista a continuidade da prestação de assistência médica aos servidores em serviço, sempre que se fizer necessário, conforme determina a Resolução nº 03, de 31 de março de 2015.

De fato, a contratação poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor de R\$ 24.083,43 (vinte e quatro mil oitenta e três reais e quarenta e três centavos) está dentro do limite legal permitido, consoante art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021.

Considerando o comando expresso prescrito no § 3º do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, as contratações de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis:

### **Seção III**

#### **Da Dispensa de Licitação**

Art. 75. É **dispensável** a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva **valores inferiores a R\$ 50.000,00** (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; ~~(Vide Decreto nº 10.922, de 2021)~~ ~~(Vigência)~~ [\(Vide Decreto nº 11.317, de 2022\)](#) [Vigência](#)

(...)

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo serão **preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial**, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa. (grifei)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nos termos trazidos, podemos citar a redação trazida pela [Instrução Normativa n. 67/2021](#), da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia -SEGES/ME:

Art. 4º Os órgãos e entidades adotarão a dispensa de licitação, na forma eletrônica, nas seguintes hipóteses:

I - contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, no limite do disposto no inciso I do **caput** do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

**II - contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021; (grifei).**

Pela leitura do dispositivo normativo acima citado, percebe-se que, o sistema de **dispensa eletrônica** é aplicado, dentre outros, para os casos de dispensa de licitação que não ultrapassem os limites indicados nos incisos I e II do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, atualmente balizados respectivamente em R\$ 114.416,65 (cento e quatorze mil quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos), para obras e serviços de engenharia e serviços de manutenção de veículos automotores e R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos) para os demais serviços e compras.

Desse modo, a dispensa de licitação eletrônica é cabível nas situações em que a escolha do futuro contratado for pautada no critério preço, sem que aspectos qualitativos sejam determinantes ou relevantes, o que constitui a maioria expressiva dos casos de dispensa de licitação, de forma que a não utilização da dispensa de licitação eletrônica passa a ser a exceção, que tem lugar em casos específicos, como os que envolvem emergências, inovação tecnológica, serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e outras situações de dispensa.

O procedimento da dispensa de licitação eletrônica segue o fluxo estabelecido no artigo 72 da Lei n. 14.133/2021 para as contratações diretas, com a particularidade de realizar-se em ambiente eletrônico, acrescido de exigências relevantes no tocante à seleção do futuro contratado, uma espécie de modalidade simplificada de licitação e mais célere que contempla o princípio da isonomia.

Feitos os devidos registros normativos, no caso sob análise, constata-se que considerando o valor da aquisição envolvida (**R\$ 24.083,43**) poder-se-ia aplicar à dispensa o regime eletrônico previsto no § 3º do art. 75 da Lei n. 14.133/2021, procedimento normatizado pela [Instrução Normativa n. 67/2021](#), da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Digital do Ministério da Economia -SEGES/ME, o que de fato foi aplicado para operacionalizar a presente contratação.

Do caderno processual, extrai-se que o agente de contratação trouxe aos autos relatório de propostas ([1032291](#)) e, ao final, juntou o Relatório nº 43/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([1032324](#)), expondo as principais ocorrências no curso do procedimento de contratação direta.

No dia e horário agendados, o Agente de Contratação iniciou a operação do Sistema de Dispensa Eletrônica não havendo relato de qualquer intercorrência a impactar a conclusão dos trabalhos. Cumpridas as fases de julgamento das propostas e habilitação, mediante aplicação objetiva do critério para aceitação da proposta, as propostas apresentadas constam em relatório extraído do sistema ([1027031](#), [1027038](#), [1027040](#), [1027042](#), [1027043](#), [1027044](#), [1027047](#), [1027050](#), [1027051](#), [1027052](#), [1027053](#), [1027055](#), [1027057](#) e [1027060](#)).

Conforme já relatado, verifica-se que mediante o Parecer Jurídico nº 126/2023 ([1021425](#)), a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou pela adjudicação do resultado da Dispensa Eletrônica n. 27/2023 ([1024675](#)), nos exatos contornos registrados no relatório de propostas extraído do sistema ([1032291](#)), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação ([1030764](#)), e via de consequência, **pela homologação da contratação direta pela autoridade competente.** Registrou, ainda, considerando o fracasso do certame para os itens **5, 9 e 11**, que a unidade demandante avalie a adoção das medidas previstas no § 3º, art. 31, da Instrução Normativa nº 09/2022 ([1033345](#)).

Analisando o procedimento propriamente dito, verifica-se que não houve pedido de esclarecimento ou qualquer ato dos proponentes acerca do objeto da contratação, não se registrando item deserto ou cancelado na fase da aceitação.

Observa-se que no curso da tramitação do procedimento foram obedecidos todos os normativos que regem a matéria, dando-se a devida divulgação do aviso da dispensa eletrônica no Portal Nacional de Contratações Públicas, com observância do **prazo mínimo de 03 (três) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas**, no qual também constou a definição do objeto, o valor estimado e a indicação do período no qual seriam recebidas as propostas ([1024715](#)).

Desse modo, conclui-se que, apesar de fracassado para os itens **5, 9 e 11**, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no Relatório



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASLIC ([1032324](#)), não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar sua validade, uma vez que foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso.

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria TRE-RO n. 66/2018, com fundamento no art. 71 da Lei 14.133/2021 c/c art. 23 da [Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021](#):

**1 - Aprovo o Termo de Referência nº 4/2023 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES ([1017437](#))**, uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2020 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022;

**2 - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento [1012064](#)**, em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 (atualizado pela Portaria CNJ n. 57/2023) e ao [Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário](#);

**3 - ADJUDICO** o resultado da Dispensa Eletrônica n. 27/2023 ([1024675](#)), nos exatos contornos registrados no Relatório de Fornecedores - Habilitação extraído do sistema ([1032291](#)), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação ([1030764](#)), **para adjudicação do seu objeto às seguintes cotantes:** a) VANIA CRISTINA DA SILVA CAETANO - CNPJ n. 46.599.200/0001-03, cotante do menor preço para o **Item 01**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032278](#)); b) CLEIA MARTINS DA SILVA - CNPJ n. 50.664.843/0001-60, cotante do menor preço para o **Item 02**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032282](#)); c) TOMINA COMERCIO E SERVICOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ n. 38.218.493/0001-03, cotante do menor preço para o **Itens 03, 06 e 10**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032282](#)); d) SUPER LICITE LICITAÇÕES LTDA. - CNPJ n. 33.275.120/0001-50 cotante do menor preço para o **Item 04**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032285](#)); e) THE BEST PHARMA Comércio e Serviços Hospitalares LTDA. - CNPJ n. 03.339.270/0001-10, cotante



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do menor preço para o **Item 07**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032287](#)); **f)** CIMINA COMERCIO E SERVICOS LTDA. - CNPJ n. 09.528.371/0001-15 cotante do menor preço para o **Item 08**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032281](#)); **g)** AT CONSTRUÇOES LTDA. - CNPJ n. 18.365.821/0001-97 cotante do menor preço para o **Item 12**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032280](#)); **h)** GRACIFARMA FARMACIA LTDA. - CNPJ n. 07.809.370/0001-13 cotante do menor preço para o **Item 13**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032283](#)); **i)** MARCELO SOUZA DA SILVA CNPJ n. 46.974.377/0001-42 cotante do menor preço para o **Item 14**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032284](#));

**4 - HOMOLOGO a Dispensa Eletrônica n. 27/2023**, com fundamento no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021 e no art. 71, inciso IV da Lei n. 14.133/2021; e

**5 - DETERMINO** a divulgação e disposição ao público em sítio eletrônico oficial do TRE-RO, do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato que autorizou a contratação direta, na forma do Parágrafo único do art. 72 da Lei n. 14.133/2021, além da regular publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Efetuada a homologação da Dispensa no Sistema Compras.gov.br, à **ASLIC** para juntar o extrato de homologação e publicação do resultado da dispensa nos sítios eletrônicos oficiais e anexar o comprovante aos autos.

À **SAMES** para se manifestar, relativo aos itens **5, 9 e 11 fracassados, quanto à adoção das medidas alternativas previstas no § 3º, art. 31, da Instrução Normativa nº 09/2022** ([0917187](#)).

Por fim, devolvam-se os autos à **SAOFC** para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.

---



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 04/09/2023, às 18:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1041304** e o código CRC **DE885207**.